



Notificação

Nº 003054 / 2025

Órgão Notificante: ☒ FEAM ☐ IEF ☐ IGAM ☐ SUCFIS ☐ SUPRAM ☐ PMMG

☒ Auto de Fiscalização nº 173389 / 2025
☐ Auto de Infração nº
☐ Boletim de Ocorrência nº

Local: Uberlândia / MG
Data: 28 / 02 / 25

Hipóteses passíveis de notificação: ☐ Entidade sem fins lucrativos; ☒ Microempresa ou empresa de pequeno porte;
☐ Microempreendedor individual; ☐ Agricultor familiar; ☐ Proprietário ou possuidor de imóvel rural de até quatro módulos fiscais;
☐ Praticante de pesca amadora; ☐ Pessoa física de baixo poder aquisitivo e baixo grau de instrução.

Nome do Notificado/Empreendimento: JVC Empreendimentos e Construção Ltda
☐ CPF ☒ CNPJ: 15.312.615/0001-20
Outros dados: ☐ RG ☐ Nome da Mãe ☐ Data de nascimento ☐ Outros

Endereço do Notificado/Empreendimento (correspondência): Avenida José Andraus Gassani, 665

Complemento: -
Bairro: Minas Gerais
Cidade/UF: Uberlândia / MG
Cep.: 38402-322
Cx. Postal: -
Fone: -
E-mail: -

Local da Infração - Endereço: Avenida José Andraus Gassani

Nº/Km/Complemento: 665
Bairro: Minas Gerais
Cidade/UF: Uberlândia / MG

Coordenadas da Infração: Geográficas: DATUM: ☒ WGS ☐ SIRGAS 2000
Latitude: Grau 18 Min 52 Seg 15
Longitude: Grau 48 Min 15 Seg 52
Planas: UTM FUSO: 22 23 24
X: (6 dígitos)
Y: (7 dígitos)

Descrição/Determinações: O empreendedor deverá comunicar oficialmente, conforme Decreto nº 47.383/2018, o encerramento/paralisação da atividade objeto do Certificado nº 3970 ao órgão ambiental competente, e enviar o protocolo para o e-mail joao.venturini@meioam.mg.gov.br (conforme Auto de Fiscalização nº 173389/2025).

Fica V.Sa. (acima identificada) **notificada**, nos termos do Decreto nº 44.844 de 25 de junho de 2008, a () regularizar-se () dar início ao processo de regularização ambiental de sua atividade, () prestar informações solicitadas ou ☒ cumprir as determinações impostas **no prazo de (30) dias**, contados desta notificação;

V.Sa. deverá comprovar o cumprimento do estabelecido nesta notificação, junto à URA T.M., Praça Sabal

Vila, nº 03, Centro, Uberlândia/MG, CEP: 38400-186 (unidade administrativa e respectivo endereço)

no prazo de (5) dias, contados a partir do fim do prazo estabelecido para cumprir as determinações impostas;

O não atendimento ao disposto acima, no prazo estabelecido, importará na lavratura do respectivo auto de infração com aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Local: Uberlândia
Data: 28/02/25

Servidor (nome legível): João Victor Venturini da Silva
Masp: 1301513-6
Assinatura do Servidor: João Victor Venturini da Silva

Notificado/Empreendimento (nome legível): JVC Empreendimentos
Função/vínculo com o Notificado:
Assinatura do Notificado/Representante Legal: Vica Correio

1ª via branca: Notificado / 2ª via verde: Processo Administrativo / 3ª via amarela



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 173389 /20 25 Folha 1/3

2. AGENDAS: 01 ☒ FEAM 02 ☐ IEF 03 ☐ IGAM Hora: 11:00 Dia: 28 Mês: 02 Ano: 2025

3. Motivação: ☐ Denúncia ☐ Ministério Público ☐ Poder Judiciário ☐ Operações Especiais do CGFAI ☐ SUPRAM ☐ COPAM/CRH ☐ Rotina

4. Finalidade
FEAM: ☐ Condicionantes ☐ Licenciamento ☐ AAF ☐ Emergência Ambiental ☐ Acompanhamento de projeto ☒ Outros
IEF: ☐ Fauna ☐ Pesca ☐ DAIA ☐ Reserva Legal ☐ DCC ☐ APP ☐ Danos em áreas protegidas ☐ Outros
IGAM: ☐ Outorga ☐ Outros

5. Identificação
01. Atividade: União de produção de concreto asfáltico 02. Código: C-10-02-2 03. Classe: 2 04. Porte: P
05. Processo nº: SLA 3970/2022 06. Órgão: SEMAD/FEAM 07. ☐ Não possui processo
08. ☒ Nome do Fiscalizado: JVC Empreendimentos e Construção Ltda 09. ☐ CPF 10. ☒ CNPJ: 15.312.615/0001-20
11. RG: - 12. CNH-UF: - 13. ☐ RGP ☐ Tit. Eleitoral: -
14. Placa do veículo - UF: - 15. RENAVAM: - 16. Nº e tipo do documento ambiental: -
17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica): - 18. Inscrição Estadual - UF: -
19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência: Rua, Avenida, Rodovia: Avenida José Anchaus Gassoni 20. Nº. / KM: 665 21. Complemento: -
22. Bairro/Logradouro: Minas Gerais 22. Município: Uberlândia 24. UF: MG
25. CEP: 318.410-2312 26. Cx Postal: - 27. Fone: - 28. E-mail: -

6. Local da Fiscalização
01. Endereço: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc.: Avenida José Anchaus Gassoni
02. Nº. / KM: 665 03. Complemento: - 04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade: Minas Gerais
05. Município: Uberlândia / MG 06. CEP: 318.410-2312 07. Fone: -
08. Referência do local: -
Geográficas DATUM WGS84
[☐ SAD 69]
[☐ Córrego Alegre]
Planas UTM FUSO 22 23 24 X= | | | | | (6 dígitos) Y= | | | | | (7 dígitos)
Latitude: Grau 18 Minuto 52 Segundo 15 Longitude: Grau 48 Minuto 15 Segundo 52

10. Croqui de acesso

01. Assinatura do Agente Fiscalizador
João Vitor Brito da Silva

02. Assinatura do Fiscalizado
Via Correio

Como parte da Operação de Fiscalização Ambiental denominada "Kaminos", na data de 18/02/2025 foi realizada, pela Coordenação de Fiscalização e Gestão de Denúncias do Triângulo Mineiro/SEMAD e Núcleo de Controle Ambiental do Triângulo Mineiro/FEAM, fiscalização no empreendimento JVC EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 15.312.615/0001-20, localizado no endereço Avenida José Andraus Gassani, n.º 665, Bairro Minas Gerais, município de Uberlândia/MG.

A empresa é detentora do Certificado n.º 3970 de Licenciamento Ambiental Simplificado, válido até 08/11/2032, referente à atividade descrita na Deliberação Normativa COPAM n.º 217/2017 como "Usinas de produção de concreto asfáltico", porte pequeno - P, classe 2, código C-10-02-2. No entanto, tem-se que em tal certificado foi informado erroneamente que o local de desenvolvimento das atividades encontra-se nas coordenadas geográficas de referência Lat. -18.8261/Long. -48.2979, local diverso da localização do empreendimento. Ainda, no mesmo certificado foi informado erroneamente que o endereço da Pessoa Jurídica seria Avenida Rondon Pacheco, n.º 4775, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Uberlândia/MG; novamente local diverso à localização real da empresa.

A fiscalização foi acompanhada por Marcelo Mendonça Davi (CPF: 085.196.616-02), funcionário da empresa; tendo sido verificado/informado o seguinte.

No momento da fiscalização verificou-se que a atividade de produção de concreto asfáltico não mais é desenvolvida, encontrando-se a usina desativada e estando todo o maquinário, anteriormente utilizado, desmontado e disposto no pátio da empresa.

O Decreto Estadual n.º 47383/2018 estabelece que o empreendedor deve comunicar ao órgão ambiental responsável pelo licenciamento o encerramento de atividade ou de empreendimento, bem como sua paralisação temporária, quando ocorrer por período superior a noventa dias, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Diante do exposto, uma vez que o empreendimento se trata de Empresa de Pequeno Porte (EPP), será lavrada uma Notificação por deixar de comunicar ao órgão ambiental o encerramento ou a paralisação temporária de atividades nos prazos e formas estabelecidos no Decreto Estadual n.º 47383/2018. O empreendimento deverá comunicar o encerramento/paralisação da atividade ao órgão ambiental competente e enviar o protocolo para o e-mail joao.venturini@meioambiente.mg.gov.br em prazo de 30 (trinta) dias, a partir da cientificação do presente documento. O não atendimento ao disposto importará na lavratura de auto de infração, com a aplicação das penalidades cabíveis, conforme previsto na legislação ambiental vigente.

8. Relatório Sucinto



9. Assinaturas	01. Servidor (Nome legível) João Victor Venturini da Silva		MAASP 1301513-6	Assinatura <i>João Victor Venturini da Silva</i>
	Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input checked="" type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM			
	02. Servidor (Nome legível) Ludmila Capingote de Deus		MAASP 1364928-0	Assinatura <i>Deus</i>
	Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM			
	03. Servidor (Nome legível) Desirée Veridiane Borges da Costa Federighi		MAASP 1376939-3	Assinatura <i>Desirée Veridiane Borges da Costa Federighi</i>
	Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM			
	Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização			
	04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível) JVC EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA		Função / Vínculo com o Empreendimento	
	Assinatura <i>Via Correu</i>			
	1ª Via Fiscalizada			

Como parte da Operação de Fiscalização Ambiental denominada "Kaminos", na data de 18/02/2025 foi realizada, pela Coordenação de Fiscalização e Gestão de Denúncias do Triângulo Mineiro/SEMAD e Núcleo de Controle Ambiental do Triângulo Mineiro/FEAM, fiscalização no empreendimento JVC EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 15.312.615/0001-20, localizado no endereço Avenida José Andraus Gassani, n.º 665, Bairro Minas Gerais, município de Uberlândia/MG.

A empresa é detentora do Certificado n.º 3970 de Licenciamento Ambiental Simplificado, válido até 08/11/2032, referente à atividade descrita na Deliberação Normativa COPAM n.º 217/2017 como "Usinas de produção de concreto asfáltico", porte pequeno - P, classe 2, código C-10-02-2. No entanto, tem-se que em tal certificado foi informado erroneamente que o local de desenvolvimento das atividades encontra-se nas coordenadas geográficas de referência Lat. -18.8261/Long. -48.2979, local diverso da localização do empreendimento. Ainda, no mesmo certificado foi informado erroneamente que o endereço da Pessoa Jurídica seria Avenida Rondon Pacheco, n.º 4775, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Uberlândia/MG; novamente local diverso à localização real da empresa.

A fiscalização foi acompanhada por Marcelo Mendonça Davi (CPF: 085.196.616-02), funcionário da empresa; tendo sido verificado/informado o seguinte.

No momento da fiscalização verificou-se que a atividade de produção de concreto asfáltico não mais é desenvolvida, encontrando-se a usina desativada e estando todo o maquinário, anteriormente utilizado, desmontado e disposto no pátio da empresa.

O Decreto Estadual n.º 47383/2018 estabelece que o empreendedor deve comunicar ao órgão ambiental responsável pelo licenciamento o encerramento de atividade ou de empreendimento, bem como sua paralisação temporária, quando ocorrer por período superior a noventa dias, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Diante do exposto, uma vez que o empreendimento se trata de Empresa de Pequeno Porte (EPP), será lavrada uma Notificação por deixar de comunicar ao órgão ambiental o encerramento ou a paralisação temporária de atividades nos prazos e formas estabelecidos no Decreto Estadual n.º 47383/2018. O empreendimento deverá comunicar o encerramento/paralisação da atividade ao órgão ambiental competente e enviar o protocolo para o e-mail joao.venturini@meioambiente.mg.gov.br em prazo de 30 (trinta) dias, a partir da cientificação do presente documento. O não atendimento ao disposto importará na lavratura de auto de infração, com a aplicação das penalidades cabíveis, conforme previsto na legislação ambiental vigente.

8. Relatório Sucinto



01. Servidor (Nome legível) João Victor Venturini da Silva	MAASP 1301513-6	Assinatura <i>João Victor Venturini da Silva</i>
Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input checked="" type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível) Ludmila Capingote de Deus	MAASP 1364928-0	Assinatura <i>Deus</i>
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível) Desirée Veridiane Borges da Costa Federighi	MAASP 1376939-3	Assinatura <i>Desirée</i>
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível) JVC EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura <i>Via Corruin</i>		

1ª Via Fiscaliz



GOVERNO DO ESTADO DE MINÁS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - Núcleo de Controle Ambiental

Ofício FEAM/URA TM - CAT NUCAM nº. 76/2025

Belo Horizonte, 10 de abril de 2025.

JVC EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA
AVENIDA JOSÉ ANDRAUS GASSANI, 665, MINAS GERAIS.
CEP 38.402-322, UBERLÂNDIA - MG.

Assunto: **Encaminhamento de Notificação e Auto de Fiscalização**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo 2090.01.0004180/2025-13].

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos que foi realizada fiscalização realizada no empreendimento/processo em tela, conforme **Auto de Fiscalização nº 173389/2025** e **Notificação nº 003054/2025**, encaminhado(s) em anexo.

IMPORTANTE:

- 1- O não atendimento ao determinado pelo agente notificante, no prazo estabelecido, importará na lavratura do respectivo auto de infração com aplicação de sanções administrativas cabíveis. Assim como, se, após iniciado o processo de regularização ambiental, o mesmo for indeferido ou não for finalizado dentro dos prazos legalmente estabelecidos
- 2- A notificação para regularização de situação de infração às normas de proteção ao meio ambiente e recursos hídricos tem natureza orientadora, aplicável segundo critérios previstos no Decreto nº 44.844/2008, e desde que não seja constatado dano ambiental.
- 3- A notificação para regularização de situação, será oportunizada uma única vez ao infrator.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Miranda Duarte, Servidor(a) Público(a)**, em 10/04/2025, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Fundação Estadual do Meio Ambiente
Unidade Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro
Coordenação de Análise Técnica

ANEXO FOTOGRÁFIO

AUTO DE FISCALIZAÇÃO N.º 173389/2025



Imagem 01 – Usina “desmontada”.



Imagem 02 – Usina “desmontada”.

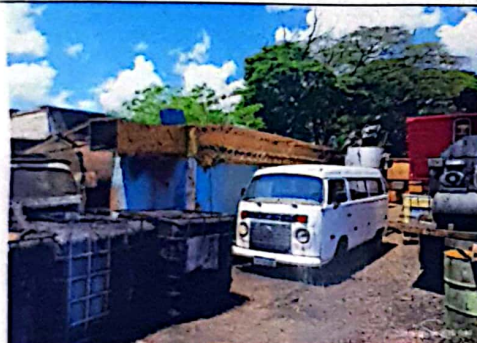
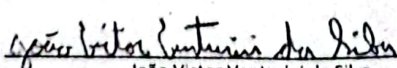


Imagem 03 – Usina “desmontada”.



Imagem 04 – Usina “desmontada”.


João Victor Venturini da Silva
MASP 1301513-6

Uberlândia, 22 de maio de 2025

OFÍCIO FEAM/URA TM – NAO

AO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DO PEDIDO

ASSUNTO: Encaminhamento de solicitação de cancelamento de licença ambiental nº3970/2022.

A empresa JVC EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA vem, respeitosamente, solicitar o cancelamento da licença ambiental nº 3970/2022, em cumprimento ao disposto no auto de fiscalização lavrado pelo fiscal, Sr. João Victor Venturini da Silva, em 28/02/2025 – Auto de fiscalização 173389/2025. Conforme orientado pelo Sr. João, em razão de não haver exercício da atividade permitida pela licença, foi solicitado à empresa que houvesse o cancelamento da respectiva licença. É o objetivo deste ofício.

Sem mais

JVC Empreendimentos e Construção LTDA
CNPJ 15.312.615/0001-20

ATO CANCELAMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL A PEDIDO DO REQUERENTE/PROCURADOR

Considerando que o empreendedor **JVC INCORPORACAO E CONSTRUÇÃO**, CNPJ 15.312.615/0001-20 município de Uberlândia- MG, solicitou junto ao Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA, Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS CADASTRO, para a atividade: Usinas de produção de concreto asfáltico, por meio dos **Processo nº : 3970/2022**.

Considerando que o empreendedor solicitou o cancelamento da licença outrora concedida, mediante peticionamento no processo **SEI 2090.01.0005953/2025-60**, com a justificativa: **em cumprimento ao disposto no auto de fiscalização lavrado- Auto de fiscalização 173389/2025**.

Considerando que, “o interessado pode desistir total ou parcialmente do pedido formulado, ou, ainda, renunciar a direito, em manifestação escrita”, conforme inteligência do art. 49 da Lei n.º 14.184/02;

Determino o cancelamento da licença emitida em 08/11/2022 - CERTIFICADO Nº **3970/2022** LICENCIAMENTO AMBIENTAL LAS CADASTRO referente ao empreendedor **JVC INCORPORACAO E CONSTRUÇÃO**, CNPJ 15.312.615/0001-20 município de Uberlândia- MG, pelos fatos e fundamentos supracitados.

À consideração superior.

Publique-se e dê ciência ao interessado na forma da lei.

Ana Carolina Silva Brito
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba
(Designada para responder pela URA- Triângulo Mineiro)



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Silva Brito, Chefe Regional**, em 07/08/2025, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **119369199** e o código CRC **C0DBA30E**.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foi apresentado EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consultaudiencia>. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação. Sra. Kamila Esteves Leal. Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco. LAC1-LOC: 1) Ripar Mineração Ltda, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Itaguara/MG, PA/ Nº29407/2025, ANM 831.490/2010, Classe 3. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado – PA/Nº 2090.01.0007852/2025-03 e Requerimento para Regularização da Reserva Legal vinculado – PA/Nº 2090.01.0007842/2025-79.

A Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada:

1) Tipo da solicitação: Licenciamento Ambiental Simplificado LAS/ Cadastro; Fase: Operação iniciada em 08/05/2007; Empreendimento: Auto Posto Ibitira Ltda.; Atividade(s): Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação; Município: Martinho Campos; PA/SRLA nº: 85101454/2019; Classe: 2; Válida até 02/10/2029 do responsável: Auto Posto Ibitira Ltda., CNPJ 08.845.830/0001-21 para o novo titular Skalla Auto Posto Ibitira Ltda., CNPJ 08.845.830/0001-21.

Sra Kamila Esteves Leal.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

07 2109564 - 1

O Diretor de Gestão Regional, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento:1) Marmoraria Decoraminas Ltda, Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Manhuaçu/MG, PA SLA 29163/2025, com validade até 06/08/2035.

(a)Fernando Baliani da Silva
Diretor de Gestão Regional.

07 2109142 - 1

O Diretor de Gestão Regional, torna público que foi concedida a Licença Ambiental abaixo identificada:

- Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação Concomitante – LP+LI+LO (LAC1): 1) Areal São Miguel Ltda, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Piranga/MG, PA nº 4789/2024, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até 06/08/2035.

- AIA nº 2090.01.0032352/2024-46.
(a) Fernando Baliani da Silva.
Diretor de Gestão Regional.

07 2109145 - 1

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, designa KAMILA ESTEVES LEAL, para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no período de 28/07/2025 a 08/08/2025, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada:

1) LAS CADASTRO: Francisco Sales Jales/Fazenda Pouso Alegre – Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Paracatu/MG, PA nº 640/2021. Classe: 2. Válida até: 09/02/2031, do responsável: Francisco Sales Jales, CPF: 097.06*.*.*.*. - Para o novo titular: Maria das Graças Caetano Jales - Me/Fazenda Pouso Alegre. CNPJ: 13.446.234/0001-09.

(a) Kamila Esteves Leal
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, designa KAMILA ESTEVES LEAL, para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no período de 28/07/2025 a 08/08/2025, torna público o CANCELAMENTO do processo abaixo identificado: 1) Licenciamento Ambiental Simplificada (LAS-CADASTRO): *Sabre Agropecuaria Ltda/Fazenda Ponte Nova, Fazenda Ponte Velha e Fazenda Saquinho - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Arinos/MG - PA/Nº. 1056/2022 - Classe 2. Motivo: A pedido do empreendedor.

(a) Kamila Esteves Leal
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

07 2109545 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretor-Geral: Breno Esteves Lasmar

O Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, ANULA OS ATOS QUE CONCEDEM PROGRESSÃO NA CARREIRA, em relação ao servidor relacionado abaixo, de acordo com a Nota Técnica nº 40/SEMAD/DPCA/2025, para regularização funcional:

NOME	MASP	CARREIRA	ADMISSÃO	DATA DA PUBLICAÇÃO
ALBERTO DA COSTA RIBEIRO	10211845	AAMB	I	19/08/2021
ALBERTO DA COSTA RIBEIRO	10211845	AAMB	I	17/08/2023

O Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 16 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede progressão na carreira, ao servidor, de acordo com a Nota Técnica nº 40/SEMAD/DPCA/2025, para regularização funcional:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR		NOVA SITUAÇÃO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
ALBERTO DA COSTA RIBEIRO	10211845	AAMB	V	C	V	D	30/06/2021
ALBERTO DA COSTA RIBEIRO	10211845	AAMB	V	D	V	E	30/06/2023

07 2109442 - 1

PORTARIA IEF Nº 55 DE 07 DE AGOSTO DE 2025

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS-IEF , no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 219 da Lei 869/1952 e arts. 13 e 14 do Decreto nº 47.892/2020, e tendo em vista os motivos apresentados pela Sra. Presidente da Comissão Processante, RESOLVE: Art. 1º Reconduzir a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria IEF Nº 42/2025, com extrato publicado no Diário Oficial de 13/06/2025, para conclusão dos respectivos trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da presente portaria. Instituto Estadual de Florestas, Belo Horizonte, 07 de agosto de 2025.

Breno Esteves Lasmar
Diretor Geral do IEF

PORTARIA Nº 56 DE 07 DE AGOSTO DE 2025

Dispõe sobre a recondução do conselho consultivo do Parque do Biribiri, instituído pela Portaria nº 73, de 03 de outubro de 2023.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS-IEF , no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 47.892, de 23de março de 2020, Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, observando o disposto na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002:

RESOLVE:

Art.1º - Reconduzir o Conselho Consultivo do Parque Estadual do Biribiri, instituído pela Portaria nº 73, de 03 de outubro de 2023, por mais um período de 02 (dois) anos.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2025
Breno Esteves Lasmar
Diretor Geral do IEF

DIÁRIO DO EXECUTIVO

PORTARIA IEF Nº 57, DE 07 DE AGOSTO DE 2025 .

Dispõe sobre a Recondução do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Serra do Sabonetal e da Reserva Biológica da Serra Azul, instituído pela Portaria IEF nº 66, de 12 de setembro de 2023.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS-IEF , no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020, e, com respaldo na Lei Federal nº 9.985, de julho de 2000, no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, e na Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Reconduzir o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Serra do Sabonetal e da Reserva Biológica da Serra Azul, instituído pela Portaria IEF nº 66, de 12 de setembro de 2023, por mais um período de 02 (dois) anos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2025

Breno Esteves Lasmar
Diretor Geral do IEF

PORTARIA Nº 58, DE 07 DE AGOSTO DE 2025.

Dispõe sobre a Recondução do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Mata Seca, instituído pela Portaria IEF nº 65, de 12 de setembro de 2023.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS-IEF , no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020, e, com respaldo na Lei Federal nº 9.985, de julho de 2000, no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, e na Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Reconduzir o Conselho Consultivo do Parque Estadual da Mata Seca, instituído pela Portaria IEF nº 65, de 12 de setembro de 2023, por mais um período de 02 (dois) anos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2025

Breno Esteves Lasmar
Diretor Geral do IEF

07 2109704 - 1

O Supervisor Regional da URFBio Sul do IEF torna público que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental, conforme o processo abaixo identificado:

Paulo Roberto Silva/Faz. Guatimi - CPF 05.*.*.*.*.85, Tipo de intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, Ibiraci/MG, Processo Nº 2100.01.0046093/2023-05, em área autorizada de 0,19 (ha). Validade: 03 (três) anos, contados da data de emissão da autorização: 06/08/2025.

(a) Ronaldo Carvalho de Figueiredo
O Supervisor Regional URFBio Sul

07 2109658 - 1

REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Triângulo do IEF torna público que o requerente solicitou Autorização para Intervenção Ambiental, conforme processo abaixo identificado:

*Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A/Faixa de Serviço – Linha de Transmissão – CNPJ **.689.936/0001-**- Intervenção em APP com supressão de vegetação nativa/Corte de árvores isoladas nativas vivas – Frutal/MG - Processo Nº 2100.01.0024444/2025-97; em 07/08/2025.

(a)Carlos Luiz Mamede
O Supervisor Regional da URFBio Triângulo.

07 2109367 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

Os Coordenadores das Unidades Regionais de Gestão das Águas Urga’s, da Central Metropolitana, Noroeste de Minas e Alto Paranaíba, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, prorrogada pela Portaria Igam nº 28, de 25 de setembro de 2024, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificações:

Retifica-se o ato publicado dia 25/03/2025. Onde se lê: Arquivo-se o processo nº 02400 de 04/03/2010. Requerente: Serviço Municipal de Água e Esgoto de Ouro Preto. CNPJ: 07.758.228/0001-94. Curso d’água: Córrego Buraco dos Lobos. Motivo: Considerando o Art. 32 do decreto nº 47.705, de 4 de Setembro de 2019 que estabelece que o usuário poderá renunciar ao direito de uso de recursos hídricos e desistir do pedido de regularização de uso de recursos hídricos. Leia-se:Cancela-se a portaria nº 03704 publicada dia 16/12/2011.

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Secretária: Sílvia Caroline Listgarten Dias

Expediente

RESOLUÇÃO SEPLAG Nº 056, DE 4 DE AGOSTO DE 2025

Dispõe sobre concessão de promoção por escolaridade adicional de servidores do Grupo de Atividades de Gestão e do Planejamento, Tesouraria e Auditoria e Político-Institucionais e do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.301/2004 e o Decreto nº 44.769/2008.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado,

RESOLVE,

Art. 1º - Em cumprimento à decisão judicial determinada nos autos do processo nº 5014326-96.2022.8.13.0024 concede promoção por escolaridade adicional na carreira de Técnico da PC e Atividades Governamentais - TPAG, de servidora lotada na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, conforme regulamentação o Decreto nº 44.769, de 07 de abril de 2008 e relacionado no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos às datas de vigências apontadas no Anexo Único.

Belo Horizonte, 4 de agosto de 2025.

SÍLVIA CAROLINE LISTGARTEN DIAS

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, em exercício

ANEXO UNICO

(a que se refere o art. 1º desta Resolução)

Promoção por Escolaridade Adicional

Nome Servidor	Masp	Adm	Cargo Efetivo	Nível Atual	Grau Atual	Nível Novo	Grau Novo	Vigência
BRUNA PARREIRAS DE JESUS	1376490/7	I	TPAG	III	A	IV	A	27/07/2025

07 2109164 - 1

ATO DE APOSENTADORIA POR DECISÃO JUDICIAL PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos nº 0374225-63.2010.8.13.0701, declara aposentada a partir de 19/08/2024, (código sisap 169 – decisão judicial – proporcional - média sem paridade), Katia Cristina Baldo Cunha, MASP 896.469-4, CPF ***.911.746-**, ocupante do cargo de Especialista em Educação Básica, Código EEB, Nível II, Símbolo EEB2, Grau D, lotado na Secretaria de Estado de Educação - SRE de Uberaba/MG.

07 2109343 - 1

Outorgada: Serviço Municipal de Água e Esgoto de Ouro Preto. CNPJ: 07.758.228/0001-94. Curso d’água: Córrego Buraco dos Lobos. Motivo: Considerando o Art. 32 do decreto nº 47.705, de 4 de Setembro de 2019 que estabelece que o usuário poderá renunciar ao direito de uso de recursos hídricos e desistir do pedido de regularização de uso de recursos hídricos. Município: Ouro Preto – MG.

Retifica-se a portaria nº 03224 publicada dia 14/12/2019. Outorgados: Associação de Apoio aos Produtores de Entre Ribeiros. Onde se lê: P10 - Agropecuária AgroAppelt, CNPJ:30.128.520/0001-45. Leia-se: P10 - Luiz Otávio Teixeira de Noronha, CPF:365.***.***.**, Obs.: Os Outorgados contidos nessa portaria permanecem com as mesmas decisões. Município: Paracatu – MG.

Retifica-se a portaria nº 00485 publicada dia 15/09/2023. Outorgados: Usuários de Agua do Córrego Pantaninho. Onde se lê: B01.2 - Venâncio Furlanetto - Vazão Autorizada (l/s): 69,4 - Com o tempo de captação de 12:00 horas/dia sendo 20 dias nos meses de julho a maio e 15 dias no mês de junho e volumes máximos mensais de 59962 m³ nos meses de julho a maio e 44971 m³ no mês de junho. B01.4 - Venâncio Furlanetto - Vazão Autorizada (l/s): 13,9 - Com o tempo de captação de 12:00 horas/dia sendo 20 dias nos meses de julho a maio e 15 dias no mês de junho e volumes máximos mensais de 12010 m³ nos meses de julho a maio e 9007 m³ no mês de junho. B03 - Enari Edgar Seibt - Vazão Autorizada (l/s): 76,8 – Com o tempo de captação de 18:00 horas/dia e 12 meses/ano e volumes máximos mensais de 149299 m³ nos meses de janeiro, março a dezembro e 139346 m³ no mês de fevereiro. Leia-se: B01.2 - Venâncio Furlanetto - Vazão Autorizada (l/s): 93,3 - Com o tempo de captação de 12:00 horas/dia sendo 20 dias nos meses de julho a maio e 15 dias no mês de junho e volumes máximos mensais de 80611 m³ nos meses de julho a maio e 60458 m³ no mês de junho. B03 - Enari Edgar Seibt - Vazão Autorizada (l/s): 107,0 – Com o tempo de captação de 18:00 horas/dia e 12 meses/ano e volumes máximos mensais de 208008 m³ nos meses de janeiro, março a dezembro e 194141 m³ no mês de fevereiro. Obs.: Os Outorgados contidos nessa portaria permanecem com as mesmas decisões. Município: Iraí de Minas – MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia nas URGAs’s, CENTRAL METROPOLITANA, NOROESTE DE MINAS e ALTO PARANAÍBA. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 07 de Agosto de 2025.

07 2109212 - 1

Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais - Arsae-MG

Diretor-Geral: Laura Mendes Serrano

ERRATA

Referente à Resolução Arsae-MG nº 211, de 04 de agosto de 2025 (Publicada no Jornal Minas Gerais em 06 de agosto de 2025)

Na Resolução Arsae-MG nº 211, de 04 de agosto de 2025, publicada no Diário do Executivo de Minas Gerais, onde se lê:

“Art. 1º Aprovar o reajuste tarifário da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa MG para o Município de Rio Pomba, com vigência a partir de 30 (trinta) dias após a publicação desta resolução no Jornal Minas Gerais.”

“Art. 2º Homologar a Tabela de Preços e Prazos de Serviços Não Tarifados da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa MG para o município de Rio Pomba, constante do Anexo II desta resolução, com vigência a partir de 30 (trinta) dias após a publicação desta resolução no Jornal Minas Gerais.”

“Art. 3º Esta Resolução entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.”

Leia-se:

“Art. 1º Aprovar o reajuste tarifário da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa MG para o Município de Rio Pomba, com vigência a partir do dia 10 de setembro de 2025. “

“Art. 2º Homologar a Tabela de Preços e Prazos de Serviços Não Tarifados da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa MG para o município de Rio Pomba, constante do Anexo II desta resolução, com vigência a partir do dia 10 de setembro de 2025.”

“Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. ”

Justificativa: A alteração visa estar em conformidade com os dispositivos legais do contrato e às cláusulas pactuadas no Contrato de Programa vigente, que rege a prestação dos serviços públicos, em estrita observância aos princípios da legalidade, da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento contratual.

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2025.

SAMUEL BARBI
Diretor-Geral Interino

07 2109320 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade>, sob o número 3202508080111090110.

Publicação 08 publicação de cancelamento de licença- página 10 (120003902)

SEI 2090.01.0005953/2025-60 / pg. 9